

ENTREVISTA: Francisco Julião

REVISTA

# AGRESTE

Junho / Julho de 1985 • Ano 2 • Nº 6 • Cr\$ 4.000



CAPA CLAUDEVAN

## NESTA EDIÇÃO:

- Lafepe - uma estatal que dá lucro
- O município na Nova República
- Os comunistas, a legalidade e a democracia
- Governador visita Bezerras e Sairé

# Solo e sociedade

## - uma perspectiva histórica



O homem, em sua trajetória histórica, em contato relacional diuturno com o meio ambiente desenvolveu, através do trabalho, diversificadas modalidades de aproveitamento do solo. A visão ampla, não limitada por etnocentrismos temporais imediatos, calçada em uma perspectiva histórica, permitirá uma maior compreensão do problema, abrindo novos horizontes ao seu entendimento. Habitualmente, por deformações acadêmicas, as diversas áreas técnicas ou científicas, com reflexos diretos na ação política, encaram o problema de forma segmentada. A problemática do uso do solo é visualizada, analisada e interpretada, na maioria das vezes, através de uma ótica simplisticamente presente, desvinculada de um instrumento analítico processual. Esta visão imediatista não soluciona os problemas imediatos, no presente, além de comprometer irresponsavelmente as gerações futuras. A institucionalização técnico-burocrata consegue fragmentar formalmente o indissociável. Não raro observa-se a existência de ações políticas, a nível ministerial, conflitantes. As pesquisas produzidas por instituições científicas na maioria das vezes não são sequer consultadas por órgãos que se propõem a solucionar determinados problemas, para os quais já se possui uma resposta científica. Se a este nível pode-se constatar esta realidade, imagine-se em que situação encontra-se o interrelacionamento desejável entre pesquisas interdisciplinares. Grande parte de órgãos, desenvolve trabalhos segmentários, atribuindo aos mesmos caráter de totalidade, desconhecendo a saudável práti-

ca do interrelacionamento, da interdisciplinaridade. O estudo do uso do solo lamentavelmente não foge à regra geral. É estudado de forma segmentar por inúmeras instituições e grupos de pesquisa sem que tenha havido o devido interrelacionamento entre os diversos saberes.

**O solo antes de ser um bem privado constitui-se em um bem social e como tal deverá ser energeticamente tratado pelo Estado.**

O Laboratório de Arqueologia, vinculado ao Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, desenvolve com o apoio do Conselho Nacional de Pesquisas, CNPq, estudos de campo e laboratório voltados à compreensão dos processos de utilização do solo por parte de agricultores pré-históricos que habitaram a região. Procura sobretudo desenvolver o entendimento processual do uso do solo relacionado aos diversos modos de produção historicamente conhecidos. O resultado destas pesquisas se devidamente utilizados e sobretudo relacionados com os conhecimentos produzidos em outras áreas, poderá vir a constituir-se em um corpo de informações solidamente estabelecidos capazes de possibilitar uma efetiva ação política. Os resultados parciais desta pesquisa já possibilitam o delineamento de uma filosofia da ocupação da região com base em uma crítica aos processos desenvolvidos na atualidade, em contraposição aos desenvolvidos em épocas anteriores ao contato com o elemento europeu. **AGRESTE**, integrada à problemática da Região, tem divulgado alguns dos arti-

gos, fruto destas pesquisas, visando através da comunicação, promover o liame entre o conhecimento científico e a população que habita a Região, incluindo órgãos da administração pública, na busca de novas soluções para a ocupação do solo no Nordeste e particularmente em sua porção semi-árida.

**Em épocas anteriores ao surgimento da agricultura, o Brasil foi ocupado por grupos humanos, cuja economia era baseada na caça e coleta de alimentos**

Ao contrário do que a grande maioria possa imaginar, a ocupação e uso do solo no Brasil, conforme a conhecemos na atualidade, não representa a única forma conhecida e desenvolvida nesta mesma região. Em épocas anteriores ao surgimento da agricultura, o Brasil foi ocupado por grupos humanos, cuja economia era baseada na caça e coleta de alimentos. Habitavam em território comum e não conheciam a propriedade privada do solo. O domínio sobre o território encontrava-se diretamente relacionado com sua ocupação, que era temporária. Migravam constantemente e não possuíam residência permanente. Todos tinham conseqüentemente acesso ao solo e aos bens naturais que o caracterizavam. Em fase posterior, com o advento da agricultura, o homem torna-se semi-sedentário. Aumenta a sua capacidade de domínio sobre a natureza. Entretanto, a prática agrícola não se torna danosa ao meio ambiente em função do sistema de pousio de longa duração desenvolvido por aqueles agricultores. Apesar do desmatamento ser executado mediante o processo de coivara, a rotatividade das áreas cultivadas era compatível com o processo de regeneração do solo, sobretudo pela relação entre a área cultivada e a envolvente. Os efeitos negativos da erosão e insolação eram compensados pelo pousio que permitia a recuperação da cobertura vegetal, levemente danificada, facilmente recuperável, compatível com nova ocupação futura. O pousio setorial, característico de uma área de maior densidade demográfica, encontrado no México pré-histórico, não foi desenvolvido no Brasil, como também o sistema de cultivo permanente desenvolvido nos alti-planos andinos e região meso-americana. O pousio de curta duração encontrado na Europa e Ásia, áreas de fecundidade mais estável, também foi desconhecido dos grupos de agricultores pré-históricos brasileiros. Muitos destes sistemas agrícolas, identificados arqueologicamente, são perfeitamente compatíveis com a realidade brasileira, não podendo o seu desconhecimento continuar presente entre os planejadores da agricultura nacional. Não trata-se de um retrocesso, até pelo contrário, seria a integração de experiências milenarmente desenvolvidas, praticamente adequadas ao suprimento alimentar e à práticas conservacionistas. ▶

A prática agrícola utilizada em larga escala pelos habitantes pré-históricos do Brasil foi, sem dúvida, o pouso de longa duração.

**Em fase posterior, com o advento da agricultura, o homem torna-se semi-sedentário. Aumenta a sua capacidade de domínio sobre a natureza.**

Este sistema, que se mostrou compatível com os solos tropicais, através de uma prática milenar, não sensibilizou os europeus quando de sua chegada ao Brasil. Implantou-se o latifúndio ocupado pela monocultura da cana, utilizando-se a coivara em grandes extensões desmatadas. Iniciava-se um processo crescente de pauperiza-

ção do solo. Agentes químicos, físicos e biológicos passaram a atuar de forma desenfreada, promovendo ao longo dos séculos um empobrecimento acelerado, da potencialidade agrícola dos solos brasileiros. Milhares de toneladas de solo são perdidas anualmente no Brasil quando cada vez mais se faz presente a necessidade de uma maior produção de alimentos.

Observa-se, no Brasil, a ausência de uma política efetiva voltada para a conservação de solos e à produção de alimentos, herdada do período colonial, antagônica às práticas conservacionistas consuetudinariamente executadas pelos agricultores pré-históricos brasileiros. **O solo antes de ser um bem privado constitui-se em um bem social e como tal deverá ser energeticamente tratado pelo Estado. O estabe-**

lecimento de uma política severa de preservação de solo e de produção de alimento deverá situar-se além do direito de propriedade individual por constituir-se em um direito social, intrinsecamente ligado à soberania nacional. No momento que se discute a reforma agrária no país é de suma importância a consciência de uma visão processual, interligada às particularidades históricas e às peculiaridades regionais para que não constitua-se em mais uma ação burocrática, inexecutável como tantas já secularmente fracassadas.

Marcos Albuquerque escreve sempre para **AGRESTE**. É professor e arqueólogo da UFPE. Suas pesquisas são financiadas pelo Conselho Nacional de Pesquisas, CNPq, e UFPE.

## Saúde

# Filantropia, realidade em Bezerros

Dentre as obras importantes que possui o Agreste de Pernambuco, destaca-se, na cidade de Bezerros, distante 107 km do Recife, o Hospital Regional Jesus Pequenino, que mantém profissionais qualificados nas clínicas médica, cirúrgica, cardiológica, obstetrícia e o oncológica, com serviços de raio X, eletrocardiograma, laboratório, cauterização e inalação. Além de credenciado pelo Inps e Bandprev, o hospital é conveniado também com o Ipsep — Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco.

Este hospital, de grande importância para Bezerros, como para as comunidades de baixa renda dos municípios de Camocim de São Félix, Sairé, Barra de Guabiraba, Gravatá, entre outros, é mantido pela Fundação de Amparo à Saúde e Educação do Povo dos Bezerros, Fasepb, entidade particular, de caráter filantrópico, que mantém ainda as Escolas Reunidas Coronel Zuzinha Guilherme e São Francisco Xavier. A fundação foi criada e idealizada pelo já falecido industrial Alcides de Andrade Lima, em 1958, visando atender as comunidades carentes da região. De lá para cá tem sido este o seu lema e os objetivos estão sendo atingidos.

### IMPORTÂNCIA

O Hospital Jesus Pequenino dispõe de 9 médicos e 28 servidores na área paramédica. O atendimento é feito durante as 24 horas do dia e ali só não se atende os casos que exigem condições técnicas sofisticadas. A frequência média de pessoas atendidas é de 3.000 (três mil), mensalmente; isto independente de filiação ao sistema previdenciário. Daí a importância que esse hospital tem para a cidade e para a região.

Mas, como a maioria das entidades assistenciais, que não visam lucro, a Fasepb enfrenta dificuldades para angariar verbas. Os recursos do hospital advêm apenas de convênios mantidos com o Funrural e Inamps, cuja renda não é suficiente para mantê-lo. Diante disso, é necessário muito esforço e dedicação de sua direção e de seus funcionários para conservá-lo funcionando, em condições de atender aos pacientes que o procuram. O advogado Lucas Cardoso, 34 anos, diretor-presidente da instituição, afirma que "o hospital é mantido com muito esforço e sacrifício, realizando-se promoções, angariando ajuda dos órgãos públicos e privados, sensibilizando-se as autoridades governamentais". Lucas vem trabalhando e contactando com os mais diversos órgãos, fede-



Lucas:  
"O hospital é mantido com muito esforço".

ral, estadual e municipal para conseguir mais verbas e manter assim o bom padrão de qualidade no atendimento da população.

Destaca o apoio que vem recebendo das lideranças locais, especialmente do deputado Severino Otávio, do Prefeito Amaro Rufino e do governador Roberto Magalhães, que no mês de maio passado destinou recursos na ordem de vinte e cinco milhões de cruzeiros para sanear o orçamento da instituição.

### DIFICULDADES

O prefeito Amaro Rufino costuma dizer que o trabalho do "Jesus Pequenino", desenvolvido pela Fundação, é fruto da vontade de servir e da dedicação do seu presidente e colaboradores. Ressalta, porém, que tem dado uma contribuição àquela entidade e lamenta não dispor, a prefeitura, de mais verbas para prestar uma ajuda efetiva aquele órgão,

Texto disponibilizado pelo site Brasil Arqueológico – Equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco - <http://www.magmarqueologia.pro.br/>

Conteúdo protegido pela lei de direitos autorais. É permitida a reprodução parcial ou total deste texto, sem alteração de seu conteúdo original, desde que seja citada a fonte e o autor.

COMO CITAR ESTA OBRA:

ALBUQUERQUE, Marcos. Solo e sociedade: uma perspectiva histórica. **Agreste**, Recife, n. 6, p. 35-36, jun./jul. 1985.